

Maria  
Manuela  
da  
Silva

### Assimetrias espaciais do Progresso no Continente Português

1. No termo de dois planos de fomento, é inteiramente justificada e oportuna uma avaliação dos resultados obtidos. Nas observações que seguem, temos presentes apenas os efeitos de ordem social, designadamente sobre as assimetrias da repartição da riqueza nacional e do grau de satisfação dos indivíduos. Por outras palavras, é nosso intuito analisar as variações que se registaram nas condições sociais e qual o sentido dessas variações.

Foram recentemente publicados alguns trabalhos que contêm elementos valiosos para esta análise<sup>1</sup>. Eu própria tive ocasião de recolher e trabalhar alguns dados estatísticos relativos a esta questão, com vista ao relatório sobre «Bases para uma política de desenvolvimento comunitário» a integrar nos trabalhos preparatórios da Comissão interministerial de planeamento e integração económica.

2. A evolução da situação demográfica de uma região ou país faculta conclusões interessantes sobre uma dada política social, porquanto essa evolução é extremamente marcada pelo teor de vida das populações e suas perspectivas quanto ao futuro e bem assim condiciona fortemente o desenvolvimento dessa região.

Cada vez mais as populações das zonas menos evoluídas sofrem a atracção das zonas mais desenvolvidas onde lhes são ofe-

---

<sup>1</sup> Vd. Eugénio de Castro CALDAS, e Manuel dos Santos LOUREIRO, *Índices de desenvolvimento agrícola no Continente português*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1963, 369 p.

— Manuel dos Santos LOUREIRO — *As assimetrias de crescimento no Continente português*, INII, Lisboa, 1963, 2 vol., 229 + 131 p.

— Manuel dos Santos LOUREIRO e PAES MORAES — *A evolução espacial do povoamento no Continente português*, INII, Lisboa, 1963.

recidos, ao menos teòricamente, nívéis de bem-estar muito superiores aos que possuem nos seus meios de origem, possibilidades de emprego mais regular e melhor remunerado, bem como outras vantagens de ordem social ou cultural.

Um gráfico da evolução demogràfica do Continente português torna patente o ímpeto desta atracção. Com efeito, verificou-se em todos os distritos uma taxa positiva de excedentes de vidas (a média do continente foi de 12,54 com campo de variação entre 5,35, em Faro e 21,13, em Braga); não obstante, houve uma diminuição absoluta da população, no decénio, em sete distritos: Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Portalegre e Viseu. A representação numa carta geogràfica do continente destes números faz ressaltar o fenómeno de despovoamento em toda a zona do interior. Este despovoamento deve-se sobretudo à emigração tanto para outras zonas do País (os grandes centros urbanos, sobretudo) como para o estrangeiro.

Comparando valores de evolução idênticos para o decénio de 1940-1950, verifica-se que a situação se agravou no decénio seguinte.

3. Outro indicador que vale a pena referir é o da repartição do produto nacional pelas várias regiões. Tomamos como base o distrito, só porque as estatísticas assim procedem também.

Os elementos recolhidos pelo I.N.I.I. permitem-nos conhecer a repartição porcentual do produto pelos distritos do continente. Esses elementos referem-se aos anos de 1952, 1954, 1956 e 1958. Aqueles números revelam-nos que as assimetrias espaciais da repartição do produto são flagrantes: no distrito de Lisboa, formaram-se mais de 30 % do produto do Continente, em 1958; em conjunto, Lisboa e Porto totalizaram 46,4 %; nos cinco distritos considerados industriais (Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Setúbal), no mesmo ano, originaram-se 64 % do produto. Comparando as situações de 1958 e 1952, verifica-se que a assimetria se acentuou, durante aquele período<sup>2</sup>. Com efeito, as percentagens são para o ano de 1952, respectivamente 26,9 % (Lisboa), 41,9 % (Lisboa e Porto), 59,5 % (nos cinco distritos industriais).

Estes resultados não são independentes daqueles a que chegámos acerca da evolução demogràfica. É porque não encontram meios de subsistência e progresso nos seus locais de residência que os indivíduos os abandonam na esperança de encontrarem condições mais favoráveis.

No estudo do Dr. Santos Loureiro atrás referido em nota, incluem-se também números relativos à repartição distrital do

---

<sup>2</sup> Cf. *As assimetrias de crescimento no Continente português*, obra citada.

rendimento. Se esses números são válidos, a situação mostra-se ainda muito mais inquietante <sup>3</sup>. Na verdade, ficam no distrito de Lisboa 60 % do rendimento, o que significa, para além da desigualdade que aquele número traduz, que se está a verificar, com certa intensidade, *um fenómeno de exploração* por parte de Lisboa em relação ao resto do País, porquanto a assimetria verificada é muito mais acentuada em termos de rendimento do que em termos do produto originado nos distritos.

4. Os indicadores referidos acerca da população e do rendimento têm correspondência nas situações verificadas em matéria de nível de instrução e cultura, nível de saúde e higiene, nível de conforto e bem-estar. É o que vamos ver em seguida.

No campo do ensino, verificou-se no decénio um acréscimo muito apreciável nas taxas de escolaridade <sup>4</sup>.

Receberam instrução primária em 1958/1959, praticamente todas as crianças dos sete aos nove anos, quando em 1950/1951, apenas 75 % das crianças dessa idade frequentavam a escola. O problema sério no domínio do ensino continua sendo, porém, a instrução para além do ensino primário. Efectivamente, em 1958/1959, apenas 13,9 % das crianças com mais de treze anos recebiam instrução, percentagem esta que era em 1950/1951, de 11,8 %. Por conseguinte, a evolução no sentido do acesso ao ensino secundário, está-se a fazer, mas com um ritmo muito lento.

Continua a verificar-se uma carência absoluta de indivíduos preparados com habilitações de grau médio. No Inquérito à mão-de-obra realizado pelo C.E.E.E. em 1961, foi apurado que, entre a população activa, apenas cerca de 10 mil indivíduos possuíam um curso médio; destes, pouco mais de 1600 trabalhavam no sector secundário, ocupando-se os restantes nos serviços.

Como indicadores do grau de cultura, podemos referir o número de aparelhos de rádio e televisão, bem como a frequência a espectáculos públicos.

Em 1960, a média de aparelhos de rádio por mil indivíduos era de 102 para o conjunto do País; esta média baixa, porém, para menos de metade nos seguintes distritos: Braga, Bragança, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. À parte Braga, encontramos de novo o conjunto dos distritos mais sub-desenvolvidos, com excepção dos alentejanos. Sob este ponto de vista, a situação melhorou consideravelmente em relação a 1950, onde o número médio de rádios do continente era de 30/1000 habitantes. A tele-

---

<sup>3</sup> O Autor não explica a forma como obteve aqueles números. Tal explicação permitiria ao leitor avaliar melhor das possíveis margens de erro.

<sup>4</sup> Elementos fornecidos pelo Centro de Estudos de Estatística Económica e calculados com base nas estatísticas oficiais.

visão foi introduzida durante o decénio e conheceu uma expansão muito rápida, mesmo nos meios menos evoluídos.

A frequência a espectáculos públicos acusa igualmente uma desigualdade profunda — 9911 espectadores/ano/1000 habitantes, em Lisboa; 5040, em Setúbal; 4183, em Faro; 3697, no Porto em contraste com as posições inferiores da escala: Viseu com 533, Guarda com 499 e Bragança com 246.

5. O nível de saúde pode avaliar-se mediante recurso a vários indicadores. Referiremos a taxa de mortalidade infantil, assistência no nascimento e na morte e grau de equipamento médico, de enfermagem e material. Portugal tem uma taxa muito elevada de mortalidade infantil, 74,6 ‰. O facto pode ser considerado como uma resultante de um conjunto de factores ou situações que se consubstanciam no fraco teor de vida das populações com consequente falta de vigilância e assistência pré e post-natal, falta de assepsia e conhecimentos de base por parte das mulheres e ainda insuficientes recursos alimentares. Têm taxas superiores à média os distritos de Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Porto e Vila Real.

A comparação com os valores para 1950 permite a conclusão de que se registou, de um modo geral, uma melhoria de situação no decénio. Contudo, distritos houve, em que, segundo a informação estatística, a mortalidade infantil terá aumentado. Estão neste caso Bragança, Castelo Branco, Guarda e Vila Real. A situação parece tão séria que teria inteira justificação um inquérito aprofundado sobre as causas de tal variação, tão anormal.

A falta de assistência tanto nos nascimentos como nos óbitos é ainda hoje uma realidade muito generalizada nos vários distritos. No continente, 57 % dos partos fazem-se sem assistência de médico ou parteira. Esta média, porém, é ainda largamente ultrapassada em muitos distritos: Aveiro (67 %), Braga (82 %), Bragança (87 %), Leiria (80 %), Viana do Castelo (82 %), Vila Real e Viseu (81 %).

Idêntica falta de assistência se faz sentir nos óbitos. A média dos não assistidos, no ano de 1960, foi de 13,4 %, sendo os casos mais notórios os de Bragança (41,4 %), Coimbra (23,5 %), Guarda (27 %) e Vila Real (36,1 %).

O equipamento em pessoal médico e de enfermagem é exíguo e encontra-se também desigualmente distribuído pelo continente. Assim, a média de indivíduos por médico que, em 1960, era, no continente, de 1202, atinge números muito superiores a este nos seguintes distritos: Beja (2636), Braga (2525), Bragança (2325), Castelo Branco (2850), Faro (2867), Leiria (3007), Setúbal (2577), Viana do Castelo (3128), Vila Real (3101) e Viseu (2712).

Embora haja a registar uma evolução sensível na repartição distrital do pessoal médico no sentido de maior igualdade, a situação é ainda muito grave, tanto mais quanto é sabido que, dentro de cada distrito há, por seu turno, uma forte concentração de médicos nas cidades e centros urbanos mais populosos.

Não é mais animadora a situação quanto a pessoal de enfermagem e sua repartição geográfica no continente. Com efeito, de cerca de 6000 destes profissionais, mais de 400 encontram-se a prestar serviço em Lisboa e Porto. O número médio de indivíduos por profissional de enfermagem em alguns distritos é comparável apenas às médias dos países mais atrasados. É o caso de Beja (17 927 indivíduos por profissional de enfermagem), Bragança (8528), Castelo Branco (6611), Guarda (6741), Vila Real (8270) e Viseu (7345) <sup>5</sup>.

O número de parteiras diplomadas é insignificante: 865 para o conjunto do País, das quais 658 actuando em Lisboa, Porto e Coimbra.

6. Não é ocasião para procedermos a um largo comentário sobre a situação social presente que os dados estatísticos referidos ajudam a revelar; tão-pouco cabe na indole desta nota uma análise aprofundada das suas possíveis causas ou das relações múltiplas entre os vários aspectos focados.

Uma ideia no entanto ressalta ao espírito: *o progresso material realizado no País não se difundiu equitativamente pelas várias regiões*. Em certos domínios, esse progresso material coexistiu mesmo com o agravamento relativo das situações existentes. Este fenómeno traduz-se já numa reacção das populações no sentido de se intensificar o êxodo maciço de umas regiões para outras e para o estrangeiro. A persistir-se numa política de fomento de tipo sectorial, sem se atender à elevação do nível de vida dos menos favorecidos, tudo leva a crer que irão surgir no futuro situações de maior gravidade ainda.

Uma vez que se prepara novo programa para a política governamental de desenvolvimento económico, será de toda a oportunidade que se considere a possibilidade de, através do novo Plano, se garantir a melhor difusão do progresso por todas as regiões e bem assim de se corrigirem as assimetrias observadas. Será ainda de esperar que o novo Plano venha a dar resposta a necessidades fundamentais das populações mais desfavorecidas e integrá-las no processo geral de promoção material e espiritual, que é o objectivo último de todo o desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> Na categoria de profissionais de enfermagem, estão incluídos enfermeiros e auxiliares.